

Constituinte deve rever projeto

Empresários do setor financeiro prevêem que o projeto de conversão de dívida em investimento, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, sofrerá algumas modificações importantes na Assembléia Constituinte. Três pontos, de modo especial, poderão ser revistos: a destinação obrigatória de 50% dos recursos para o Nordeste, a impossibilidade de utilização de recursos provenientes da conversão para a compra de participações acionárias em empresas e a competência atribuída ao poder executivo para examinar e aprovar os projetos.

Em relação a esse último item, o que se prevê é a fixação de normas mais claras para enquadramento automático, eliminando-se "o poder decisório do burocrata sujeito ao suborno e à corrupção", segundo o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo.

O projeto, segundo Rocha Azevedo, não inspira confiança por diversos motivos. "Veio tarde e chegou numa época em que o governo está politicamente enfraquecido. No mesmo dia em que foi aprovado, um grupo de parlamentares foi ao CMN para contestá-lo. Que garantia o investidor tem de que daqui a dois meses esse projeto não será alterado"? observa Rocha Azevedo.

RISCO DE SUBORNO

O presidente da Bolsa disse que a obrigatoriedade de 50% dos recursos para o Nordeste torna o projeto

restritivo. Para orientar os recursos em investimentos para áreas prioritárias o governo poderia ter utilizado um sistema de premiação por pontos, eliminando esse caráter de compulsoriedade praticada normalmente sobre investidores nacionais, mas que o investidor estrangeiro não aceita. "Além disso, é um projeto burocratizante que pode levar à corrupção por falta de normas claras e objetivas de aprovação. Quem quiser investir terá que dar satisfação aos burocratas e isso acaba criando pedágio na forma de comissões."

Wladimir Antônio Rioli, presidente da empresa Partbank, disse que o projeto é bom, porque conseguiu equilibrar alguns aspectos preocupantes, afastando o risco, por exemplo, de exercer forte pressão na base monetária. Faltou, porém, segundo Rioli, um apoio à capitalização das empresas privadas nacionais, ao se limitar a aplicação dos recursos a investimentos. Rioli discorda também dos 50% obrigatórios para o Nordeste. Representantes de grupos estran-



14-4-87

Azevedo: o projeto não inspira confiança

geiros instalados no Brasil lamentaram que não tenha sido aberta a possibilidade de aplicação de parte dos recursos nas empresas financeiras, como capital. Eles discordam também dos "critérios burocráticos de aprovação. Isso vai converter burocrata pobre em capitalista", disse o executivo de um grupo francês.